

REVOLUÇÃO DA CABANAGEM NO GRÃO- PARÁ E A INFLUÊNCIA HOLANDESA



Bachelor Eindwerkstuk

Darlen Cleyre Gomes da Mata Bosman

Studentnummer : 3179079

Portugese Taal en Cultuur - Universiteit Utrecht

Begeleider: Marian Schoenmakers

Juni 2011



Universiteit Utrecht

VERKLARING: INTELLECTUEEL EIGENDOM

De Universiteit Utrecht definieert het verschijnsel "plagiaat" als volgt:

Van plagiaat is sprake bij het in een scriptie of ander werkstuk gegevens of tekstgedeelten van anderen overnemen zonder bronvermelding. Onder plagiaat valt onder meer:

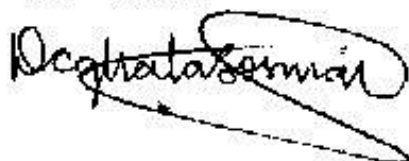
- het knippen en plakken van tekst van digitale bronnen zoals encyclopedieën of digitale tijdschriften zonder aanhalingstekens en verwijzing;
- het knippen en plakken van teksten van het Internet zonder aanhalingstekens en verwijzing;
- het overnemen van gedrukt materiaal zoals boeken, tijdschriften of encyclopedieën zonder aanhalingstekens of verwijzing;
- het opnemen van een vertaling van bovengenoemde teksten zonder aanhalingstekens en verwijzing;
- het parafaseren van bovengenoemde teksten zonder verwijzing. Een parafrase mag nooit bestaan uit louter vervangen van enkele woorden door synoniemen;
- het overnemen van beeld-, geluids- of testmateriaal van anderen zonder verwijzing en zodoende laten doorgaan voor eigen werk;
- het overnemen van werk van andere studenten en dit laten doorgaan voor eigen werk. Indien dit gebeurt met toestemming van de andere student is de laatste medeplichtig aan plagiaat;
- ook wanneer in een gezamenlijk werkstuk door een van de auteurs plagiaat wordt gepleegd, zijn de andere auteurs medeplichtig aan plagiaat. Indien zij hadden kunnen of moeten weten dat de ander plagiaat pleegde;
- het indienen van werkstukken die verworven zijn van een commerciële instelling (zoals een internetsite met uittreksels of papers) of die tegen betaling door iemand anders zijn geschreven.
- Het zonder uitdrukkelijke toestemming van de docent indienen van essays of werkstukken die al in een andere cursus zijn gebruikt.
- Eerder eigen werk gebruiken als basis voor een nieuw werkstuk zonder naar het oorspronkelijke werk te verwijzen.

Ik heb de bovenstaande definitie van het verschijnsel "plagiaat" zorgvuldig gelezen, en verklaar hierbij dat ik mij in het aangehechte masterscriptie/bacheloreindwerkstuk niet schuldig heb gemaakt aan plagiaat.

Naam: DARLEN CLEYBE GOMES DA MATA BOSMAN
Studentnummer: 3179079

Plaats: UTRECHT
Datum: 26-05-2011

Handtekening:



Índice

1. Introdução	2
2. O Brasil Colonial e os Índios.....	4
2.1 O período Pré-Cabanagem.....	4
2.2 A influência holandesa no nordeste brasileiro do século XVII	5
2.3 Revoluções importantes após o período da Independência do Brasil.....	6
2.4 Cabanagem Paraense e Cabanagem Nordestina.....	8
2.5 Pergunta-base	9
3. Método de Pesquisa.....	10
4. Origem e história da Cabanagem Paraense.....	12
4.1 A ocupação da Amazônia nos séculos XVI e XVII e o Tratado de Tordesilhas	12
4.1.1 A participação pragmática dos holandeses na época da ocupação da Amazônia	13
4.1.2 A luta pela posse da terra entre portugueses e holandeses	14
4.2 Índios, colonizadores e as missões religiosas	16
4.2.1 A influência da expulsão dos Jesuítas	18
4.3 A Cabanagem Paraense	19
4.3.1 A situação do povo na época da Cabanagem	22
4.3.2 Como terminou a Revolução da Cabanagem	24
5. Conclusão.....	27
Bibliografia	30
Anexo.....	32
Samenvatting.....	33

Ilustração na capa: Gravura representando a ocupação dos cabanos sobre a cidade de Belém, capital do atual estado do Pará (fonte: <http://www.brasilecola.com/historiab/cabanagem.htm>).

1. Introdução

A realização deste trabalho objetiva finalizar o curso de Bacharelado ‘Portugese Taal e cultuur’ da Universidade de Utreque, Holanda.

Com a chegada dos portugueses em 1500 no nordeste brasileiro, os habitantes indígenas foram vistos, num primeiro momento, como povo inocente, manso e limpo e sem grandes conhecimentos culturais. Poucos autores atentam para a riqueza cultural e a possibilidade de sabedoria existente nos nativos. Embora o escrivão português Pero Vaz de Caminha, ao escrever sua carta ao Rei de Portugal, tenha feito um relatório detalhado a respeito dos indígenas que encontraram, ele procurou seguir o caminho dos interesses colonialistas, com descrições pormenorizadas sobre a constituição física do índio, os adereços, as ornamentações, as pinturas nos corpos, a nudez, etc, mostrando o caráter físico e estético dos nativos, e não mergulhando com profundidade na questão social e cultural. Os nativos foram servidores por muitos anos, participando de diversas guerras pela posse de terras, contribuindo para o enriquecimento dos colonizadores.

Nesta pesquisa buscamos novas imagens desta relação que existia entre índios, o meio, e os colonizadores europeus, para poder retratar ou configurar a Revolução da Cabanagem que ocorreu na Amazônia (1835-1840), província do Grão-Pará, assim como traços remanescentes de influência holandesa nessa revolução popular, visto que durante pelo menos 3 décadas do século XVII, os corsários e navegadores holandeses, além de frequentarem boa parte do litoral brasileiro, ainda fizeram uma das mais bem sucedidas passagens de exploração colonial no Brasil.

A administração holandesa da colônia, precisamente no nordeste, em Recife, deixou marcas pelo seu caráter democrático e social, que ao nosso ver, podem ter sido de grande importância para o amadurecimento dos ideais de libertação do povo indígena na Revolução da Cabanagem. Pois com a retomada dos portugueses e a saída dos holandeses do Recife, muitos destes, juntamente com os índios, fugiram para a então província denominada Grão-Pará e Maranhão, nos atuais estados do Maranhão e do Pará, o que veio posteriormente ser o palco deste acontecimento, que foi único na época no Brasil, embora tenha existido outro de nome similar no nordeste do Brasil. Porém a Cabanagem na Amazônia foi a revolução em que o

povo lutou corajosamente pelos princípios de igualdade e cidadania. Coincidência ou não, esses ideais de igualdade também foram propagados pelo governo de Nassau no Brasil Holandês.

O tema foi escolhido porque a Cabanagem na Amazônia, tem tido até os dias de hoje uma face ofuscada pelos historiadores, sobretudo no Brasil regencial (1831-1841) e na época de ditadura militar (1964-1985), por contrariar interesses políticos da época. Por isso, inúmeras publicações sobre a luta dos cabanos foram proibidas, sobressaindo-se uma literatura dominante unilateral. Essa é a constatação de um dos maiores conhecedores da história paraense, Benedicto Monteiro, escritor e líder político que foi perseguido durante a ditadura militar, numa entrevista que cedeu ao jornal *Gazeta de Santarém*:

A Cabanagem ficou, por muito tempo, diminuída e denegrada na nossa historiografia (Gazeta, 2009:19).

Com esta constatação pretendemos não apenas questionar esta face ofuscada pela história, mas também ampliar nossa pesquisa em torno do assunto.

2. O Brasil Colonial e os Índios

2.1 O período Pré-Cabanagem

Num primeiro momento de colonização do Brasil, como já referimos, os índios no litoral brasileiro foram vistos pelo colonizador português branco como um povo inofensivo, de fácil adestramento, sendo utilizado em princípio para a extração do pau-brasil. Mas devido à grande extração de maneira desordenada, o pau-brasil ficou escasso e o índio voltou ao seu padrão de vida tradicional, ao cultivo de mandioca, milho, batata-doce e da caça e pesca, além da fabricação de peças de barro, entre outros afazeres domésticos (Ribeiro, 2007: 28-29; Fausto, 2003:16). Além disso, os índios eram guerreiros fortes e serviam como soldados nas guerras entre o colonizadores brancos, destacados para a guerra da Contra-Reforma dos Jesuítas portugueses contra a Reforma de Calvinistas franceses. Tanto os portugueses como os franceses utilizavam a força dos guerreiros das tribos indígenas, por exemplo, a tribo dos Tamoios, que foi aliada dos franceses, ocupando a capitania do Espírito Santo, embora tempos depois tenham sido derrotados por outras tropas indígenas comandadas pelos Jesuítas portugueses. O mais interessante é que a maioria dessas tribos não tinham noção do motivo da guerra. Simplesmente eram estimulados pelos colonizadores europeus para combater os inimigos (Ribeiro, 2007: 30).

Os índios foram percebendo que a vinda dos europeus não trouxe harmonia coletiva, mas sim a extinção de seus valores sociais e culturais, doenças mortais, o cativo, o trabalho escravo. Muitos dos índios também faleciam de tristeza em suas redes, pois a morte era melhor, do que continuar com uma vida cheia de indignidade. Além disso, a vinda dos europeus provocou muitos conflitos pela posse de terras, seguidos de genocídio dos nativos (Ribeiro, 2007: 38-39).

A implantação nos séculos XVI e XVII dos engenhos de açúcar no nordeste brasileiro favoreceu a diminuição da exploração indígena, que foi substituída pela mão-de-obra de escravos africanos. Os escravos africanos eram trazidos da África para trabalharem nas plantações de açúcar e as regiões nordestinas brasileiras passaram a ser o grande centro econômico dos séculos XVI e XVII. Com a instalação de inúmeros engenhos de açúcar, houve um crescimento muito rápido no setor econômico, sendo os escravos indígenas e africanos a fortalecer a economia não apenas do nordeste brasileiro, mas também a do comércio europeu, destacando Portugal, a Inglaterra e a Holanda (Alencar, 1979: 24-25; Fausto, 2003: 36-37).

Nesta época os índios e os negros não tinham espaço, nem oportunidade de reivindicar seus direitos, uma vida mais digna e humanitária, mas tinham que fazer o que lhes era imposto, trabalhar sem reclamar para os colonizadores brancos.

2.2 A influência holandesa no nordeste brasileiro do século XVII

A Colonização do século XVII foi marcada pela guerra dos 80 anos (1568-1648) entre a Holanda e a Espanha, resultando também numa ruptura com Portugal e a colônia brasileira, porque Portugal fazia então parte do reino espanhol entre 1580-1640. Os holandeses, não satisfeitos com a perda de seus negócios marítimos açucareiros, partiram para o ataque contra as costas africanas e brasileiras que estavam sob o domínio dos portugueses em 1595. Por conseguinte, há uma primeira tentativa de ocupação de Salvador da Bahia, no nordeste brasileiro, em 1604. Os holandeses fizeram uma nova tentativa mais séria de ocupação no território baiano e em terras de Salvador em 1624, mas também desta vez não obtiveram sucesso, havendo a rendição dos holandeses em 1625 (Fausto, 2003: 37- 41).

De 1630 até 1654 os holandeses voltaram a atacar e ocupar Pernambuco e grande parte do nordeste brasileiro. Esse ataque é considerado pelo historiador Fausto (2003: 41-43) uma guerra de resistência, sendo dividida pelo autor em três períodos. O primeiro período (1630-1637) de conflito foi a ocupação holandesa do nordeste brasileiro. O segundo período está associado à chegada e estadia de João Maurício de Nassau–Siegen (1637-1644), época em que foi iniciada na cidade de Recife a construção da cidade Maurícia. O terceiro período holandês (1645-1654) é marcado pela conquista feita pelos portugueses, sendo finalmente os holandeses expulsos do nordeste brasileiro (Fausto, 2003: 41-43; Hemming, 2007: 424).

O governo de Maurício de Nassau proporcionou uma grande mudança na vida das pessoas que viviam no nordeste brasileiro e embora Maurício de Nassau fosse Calvinista, promoveu o respeito para com a religião dos judeus, cristãos-novos e católicos, havendo liberdade de culto religioso. Além disso, Maurício de Nassau foi também responsável por um grande legado de obras de artes sobre o Brasil no século XVII, sobretudo através das obras de Frans Post e Albert Eckhout. Destacamos ainda a vinda neste período do médico Willem Piso e do cartógrafo Georg Marggraf, que estudaram as doenças tropicais e a flora e fauna do Brasil, e dos quais as publicações servem até hoje como objetos de estudo. O mais importante para esta pesquisa é que nesse período, os índios puderam expressar com um pouco mais de liberdade, os seus cultos religiosos e seus costumes. Com o objetivo de uma melhor aproximação com índios e também para tê-los como aliados contra os portugueses, o governo de Maurício de

Nassau investiu no ensino para os índios, principalmente nos Tapuias, seus aliados. Alguns índios passaram uma temporada na Holanda para aprender a língua neerlandesa, facilitando dessa forma a comunicação entre eles e os holandeses.

Embora os holandeses tenham ocupado por muitos anos o nordeste brasileiro, é interessante ressaltar a participação significativa dos mesmos na luta pela ocupação das terras Amazônicas, pois de acordo com a pesquisa de Van den Berg (2009), as primeiras lutas pela ocupação das terras daquela região já tiveram lugar com os holandeses de Zelândia, por volta de 1599 e 1600, tendo como marco principal a construção de fortes próximos ao rio Xingu (Van den Berg, 2009: 16). Isso significa que os holandeses estiveram por um bom período na região da Amazônia e que já naquela época podem ter deixado a idéia de democracia entre os povos indígenas, negros e mestiços.

Confirmamos a estadia dos holandeses na Amazônia através de um conhecido antropólogo brasileiro, que afirma que os portugueses antes de entrarem em conflito com os indígenas, travaram lutas de posse territorial com outros povos colonizadores:

Com efeito, a ocupação portuguesa do rio Amazonas se faz, inicialmente, visando expulsar os franceses, holandeses, e ingleses, deserdados no tratado de Tordesilhas, que procuravam instalar-se nas vizinhanças de sua desembocadura. Para isso tiveram que travar lutas e construir fortificações. Estas começaram a operar como feitorias, traficando com os índios aliados as drogas da mata por bugiganga. (Ribeiro, 2007: 281).

2.3 Revoluções importantes após o período da Independência do Brasil

Para melhor compreender a revolução da Cabanagem paraense faz-se necessário relatarmos outras revoluções que aconteceram no território brasileiro. Deste modo faremos aqui um breve resumo de algumas das mais importantes revoltas provinciais que aconteceram após a Independência brasileira, na época do Império Brasileiro.

Logo após a proclamação da Independência do Brasil deu-se uma divisão política significativa. De um lado os liberais moderados defendiam uma monarquia forte e centralizada. Por outro lado, os liberais exaltados, representantes das classes médias urbanas e proprietários rurais, desejavam uma monarquia federativa com ampla autonomia provincial. E mais tarde, depois de 1831, ainda havia os restauradores que reivindicavam o retorno de D. Pedro I ao trono brasileiro (Fausto, 2003: 77-78).

Segundo Fausto (2003: 78-79) as revoltas provinciais no período de independência brasileira, não podem ser interpretadas todas da mesma maneira, embora todas tivessem em comum a desorganização política e as dificuldades enfrentadas pelo povo brasileiro (veja anexo 1). Muitas revoltas provinciais tiveram como protagonista o povo e as tropas militares, principalmente na década de 30, do século XIX. A *Guerra dos Cabanos ou a Cabanada* (1832-1835) em Pernambuco foi um movimento essencialmente rural. Os cabanos agrupavam-se com os pequenos proprietários, trabalhadores rurais, índios e escravos, alguns comerciantes e senhores de engenho. De certo modo podem ser considerados antecessores do que mais tarde seria a revolta de Canudos (1893-1897), que aconteceu no começo da República, no fim do século XIX. Eles lutavam pela religião e pelo retorno do Imperador D. Pedro I e contra os “carbonários jacobinos”, fazendo críticas aos revolucionários franceses e às sociedades liberais escondidas do século XIX, existentes na Europa. Do mesmo modo a população pobre e sacrificada no Brasil expressava através desta revolta o seu descontentamento contra os maltratos vivenciados no cotidiano. Em seguida eclodiu a *Cabanagem* no Pará (1835-1840), depois se dá em Salvador da Bahia a *Sabinada* (1837-1840). No Rio Grande do Sul ainda eclodiu a *Farroupilha* (1836-1845). O surgimento de tantas revoluções nesta época teve como motivo principal a disputa da liderança do governo das províncias (Fausto, 2003: 78-79).

A província do Grão-Pará, desvinculada do Maranhão desde 1775, compreendia toda a área Amazônica, abrangendo os atuais estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rio Branco e Rondônia, tendo suas fronteiras externas não exatamente delimitadas. A população concentrava-se nos arredores de Belém, à margem dos rios e igarapés ou em pequenas ilhas isoladas, em lugares secos, longe de inundações periódicas (Reis, 1965:23).

A maioria dos habitantes do norte brasileiro eram índios, vistos como rebeldes pelos poucos colonos que habitavam aquela região. O lugar geográfico onde deu-se a revolta da Cabanagem abrange uma boa parte do litoral paraense, passando pelo arquipélago de Marajó, litoral do Amapá até o baixo Amazonas pelo Tocantins e Xingu, incluindo ainda Santarém e Tapajós e Borba no Madeira, Manaus, além de ter atingido o rio Solimões, Tabatinga e Rio Negro (Reis, 1965: 24).

2.4 Cabanagem Paraense e Cabanagem Nordestina

A Cabanagem paraense se deu dentro de uma estrutura social que não era estável, uma vez que a região estava diretamente mas fracamente ligada ao Rio de Janeiro. A maioria dos produtos extraídos da região norte era enviada para o Rio de Janeiro. A sociedade nortista da época da revolução da Cabanagem era composta principalmente por índios, trabalhadores escravos e os dependentes de uma minoria branca, formada por comerciantes portugueses e alguns franceses e ingleses. Essa minoria branca se concentrava em Belém, com cerca de 12 mil habitantes, e possuía uma pequena produção de tabaco, cacau e arroz (Fausto, 2003: 80).

A Cabanagem paraense foi um confronto entre grupos da elite local, objetivando a liderança da província, abrindo caminho para uma rebelião popular. A partir dessa rebelião é proclamada a independência do Pará. Uma tropa composta por índios, negros e mestiços ataca Belém e conquista a cidade após vários dias de luta. Em seguida a revolta Cabana eclode no interior da província do Grão-Pará. O principal líder dos Cabanos paraenses foi Eduardo Angelim, que tentou organizar um governo alternativo no Pará, atacando os inimigos estrangeiros, promovendo a emancipação econômica e a defesa dos índios e dos escravos africanos (Fausto, 2003: 80).

Os principais participantes da Revolução da Cabanagem na Amazônia foram os Tapuios¹ ou tapuias negros, mestiços, índios e uma minoria de brancos (Cruz, 1960: 166; Chiavenato, 1984: 12; Fausto, 2003: 80; Ribeiro, 2007: 290). A origem do nome Cabanagem vem do tipo de habitação em que os índios, mestiços e negros habitavam, localizadas normalmente nas margens dos rios da Amazônia e cobertas de palhas de palmeiras. Entre as causas da revolta encontram-se a grande miséria existentes entre os cabanos (Alencar, 1979: 131).

Antes de continuarmos nossa pesquisa sobre Cabanagem paraense é importante esclarecermos que a revolução da Cabanagem ocorrida no Pará e em alguns estados da região Amazônica (1835-1840), não é a mesma revolução de Cabanos que ocorreu em Pernambuco, Alagoas,

¹ De acordo com o Dicionário Aurélio (2004) Tapuio significa: [Var. de tapuia, do tupi] *S.m.* **1.** *Bras.* Tapuia (1). **2.** *Bras.* Índio. **3.** *Bras.* Mestiço de índio. **4.** *Bras. BA* Qualquer mestiço trigueiro e de cabelos lisos e negros [*V. caboclo1* (3).]

No contexto da Cabanagem Tapuio significa: povoações indígenas guerreiras que habitavam as mais diversas regiões do Brasil. índios de origem tupi que tiveram dificuldade em formar uma sólida sociedade política. numa organização (Ribeiro, 2007: 29).

Piauí e outras regiões nordestinas, no ano de 1832. De acordo com Chiavenato (1984: 11) os cabanos do Grão-Pará realizaram uma guerra revolucionária, enquanto que os cabanos da Cabanada nordestina fizeram um movimento com poucos ideais progressistas. O principal objetivo dos cabanos nordestinos era o de restaurar o trono de D. Pedro I, que abdicou em 1831. Porém, os revoltosos cabanos nordestinos mataram e saquearam do mesmo modo que os cabanos paraenses. O autor apresenta ainda que o grande número de assassinatos e saqueamentos dos cabanos nordestinos, ficou entendido por diversos historiadores, mais vinculados à visão oficial da história, como: "...um exercício de puro banditismo." Mas ele replica :

Nada disso: criminosos e pilhadores da ralé, a "gente baixa", davam curso à contradição costumeira de canalizarem seu potencial político a um entendimento alienante de seu papel na história. (Chiavenato, 1984: 11)

Além disso, Chiavenato (1984: 12) cita dois autores que retratam com maior lucidez a assim chamada Cabanada nordestina, *Cabanos, Os Guerrilheiros do Imperador*, de Délcio Freita (1978) e *A Utopia Armada* de Dirceu Lindoso (1932)². Essas obras segundo Chiavenato representam literatura principal para melhor compreender as causas da revolução nordestina.

2.5 Pergunta-base

Esta pesquisa tem por objetivo esclarecer a seguinte pergunta-base:

Houve algum tipo de influência dos conquistadores holandeses na Revolução da Cabanagem do Grão-Pará?

Embora os holandeses tenham estado muito tempo antes da eclosão da Revolução da Cabanagem na região Amazônica, acreditamos que estiveram lá tempo suficiente para demonstrar o seu modo de pensar e agir com o povo e assim podem ter deixado influências democráticas na memória coletiva da região.

² Infelizmente não foi possível consultar estas obras citadas por Chiavenato.

3. Método de Pesquisa

Nos próximos capítulos abordaremos e analisaremos através de fatos históricos e pesquisas realizadas por diversos autores, conhecedores do assunto Revolução Cabana ou Cabanagem na Província do Grão-Pará, a atuação dos holandeses, portugueses, índios e mestiços entre outros, em busca de uma resposta que seja coerente ao nosso questionamento. Para isso, formulamos as seguintes hipóteses:

Primeira hipótese:

Se o visível reconhecimento da importância dos índios para a defesa da colônia por parte dos holandeses no Brasil do século XVII foi diferente dos demais europeus, devido à utilização pragmática dos índios pelos holandeses, como vimos em Fausto (2003: 41-43) e Hemming (2007: 424), então o mesmo pode ter-se repetido na conquista da região Amazônica, uma vez que os holandeses tinham um modo diferente no jeito de lidar com os índios, isto é, com um pouco mais de respeito e consideração. Esse reconhecimento, mais tarde, pode ter tido influência na Revolução da Cabanagem, assim como a construção de fortes de proteção em pontos estratégicos, formando naquela região uma resistente barreira contra os ataques de inimigos, que num primeiro momento foram utilizados pelos holandeses e ingleses, logo em seguida pelos portugueses. O curioso é que a construção de grande parte desses fortes foi iniciada pelos holandeses e que a participação pragmática dos holandeses na época da ocupação da Amazônia, deixou um legado importante na memória coletiva para a formação daquela sociedade (Cruz, 1960: 95-105).

Segunda hipótese:

Idéias de certa liberdade na prática e expressão de religiões fez parte do governo de Maurício de Nassau, e os povos que habitavam no nordeste brasileiro, podiam expressar sem temor as suas religiões, tanto os judeus como os indígenas e os escravos negros usufruíram de um ambiente mais calmo neste período, quanto às suas religiões, embora muitos tenham sido induzidos ao protestantismo. O mesmo aconteceu com o Jesuítas, que na maioria das vezes defendiam a favor dos oprimidos escravos, embora com mais restrições. Essa expressão de liberdade religiosa e certos ideais democráticos podem ter servido como base para fortalecer a

vontade de lutar contra a situação de exploração e humilhação em que viviam os Cabanos perante colonizadores e descendentes europeus, ainda no século XIX (Cruz, 1960: 105-108).

Os factos mencionados nos impulsionaram a aprofundar a nossa pesquisa sobre as possíveis influências destes ideais democráticos holandeses na Revolução dos Cabanos paraenses.

A presença por algum tempo dos holandeses nas terras da Amazônia, favoreceu idéias de articulação sobre a edificação dos fortes de proteção contra os ataques inimigos, uma vez que os pontos estratégicos foram na maioria das vezes, delimitados pelos holandeses e ingleses, sendo que os holandeses receberam o reconhecimento de construtores dos primeiros fortes de madeira na região Amazônica, como poderemos observar nos próximos capítulos.

Com o intuito de responder à pergunta base e fazer uma boa análise das hipóteses, consultaremos num primeiro momento algumas obras sobre a história da colonização brasileira e ocupação da Amazônia (4.1). Focar-nos-emos na atuação dos holandeses em terras brasileiras, com destaque para os séculos XVI e XVII. Em 4.2 trataremos brevemente a influência da expulsão dos Jesuítas. A própria Cabanagem Paraense é analisada em 4.3 Faremos uma abordagem de publicações em jornais, artigos e livros de alguns estudiosos cabanos, como por exemplo Di Paolo (1990), Salles (1992), Harris (2009), Chiavenato (1984), Cruz e Ricci (1960), para finalmente tirar nossas próprias conclusões sobre a possível influência dos holandeses na Revolução Cabana.

4. Origem e história da Cabanagem Paraense

4.1 A ocupação da Amazônia nos séculos XVI e XVII e o Tratado de Tordesilhas

Inicialmente, Espanha e Portugal obedeciam à divisão territorial estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas (1492), que dividia o mundo em dois hemisférios, separados por uma linha imaginária que passava cerca de 370 léguas à oeste das ilhas de Cabo Verde. Todas as novas terras descobertas a oeste da linha imaginária pertenciam aos espanhóis, e as terras situadas a leste desta linha pertenciam aos portugueses. Essa divisão causou grandes controvérsias, por causa da dificuldade em estabelecer com exatidão a linha imaginária de Tordesilhas nas terras descobertas. No fim do século XVII os holandeses conseguiram desenvolver uma técnica que fizesse uma medição mais precisa para delimitação dessas terras. Deste modo, o delta amazônico, localizado no norte do Brasil e o Rio da Prata, localizado no sul do Brasil, passam a ser considerados como possíveis rotas para chegar até as Índias (Fausto, 2003: 16).

Mesmo tendo seus direitos garantidos pelo Tratado de Tordesilhas, os espanhóis não se interessaram por povoar a Amazônia. Por sua vez, os portugueses procuraram tomar o controle efetivo daquela região, num momento em que a Amazônia já começava a sofrer ameaças de invasão de ingleses, franceses e holandeses. Era necessário alargar os domínios portugueses para oeste, para assegurar a exploração das riquezas da floresta Amazônica e para proteger as terras da colônia. Por isso, foi organizada uma grande expedição e importante para a conquista portuguesa da Amazônia. O capitão Pedro Teixeira, em 1637, assumiu o comando da expedição.

Em 1759, o Marquês de Pombal determinou a expulsão dos Jesuítas, com o confisco de todos os seus bens. Os missionários, em especial a Companhia de Jesus, eram acusados de tentar criar um estado próprio dentro do reino português. Pombal pretendia também consolidar o domínio português nas fronteiras do Norte e do Sul do Brasil através da integração dos índios na civilização portuguesa. Essa jogada política garantiria o aumento das terras portuguesas de acordo com o Tratado de Madri (1750). Por isso, Pombal proibiu a escravidão indígena, transformou aldeias amazônicas em vilas sob administração civil e implantou uma legislação que estimulava o casamento entre brancos e índios. Consolidava-se assim a presença portuguesa no território brasileiro (Fausto, 2003: 55-56).

4.1.1 A participação pragmática dos holandeses na época da ocupação da Amazônia

A ocupação da Amazônia, segundo Di Paolo (1990: 64) teve início desde o primeiro contato do espanhol Pinzon com os índios, em dezembro de 1449, um contato de cordialidade e confiança da parte dos índios. Todavia, a contribuição dos brancos civilizados foi a prisão de 30 homens indígenas para negociá-los como escravos. Desde então, surge a insatisfação indígena, e em virtude disto, houve outros tipos de reações dos indígenas. Assim, o espanhol Diogo Lepe foi atacado com flechas e morto. O próprio nome Amazônia está ligado à luta corajosa contra dominadores, entre eles, espanhóis, holandeses, franceses, ingleses e portugueses, deixando os nativos em estado de defesa permanente.

Sobre a ocupação dos holandeses nesse período o autor escreve que o exército lusotupynambá era formado por mais de 70% de indígenas, e que em junho de 1623 os fortes holandeses Maturú e Mariocay foram destruídos, fazendo com que os holandeses abandonassem o lugar. Tempos depois foi construído pelos portugueses o forte de Santo Antônio de Gurupá, sobre as ruínas do Mariocay. As forças luso-amerabas atacaram e derrotaram também o forte de Mandituba dos holandeses, em maio de 1625, sendo os holandeses obrigados a refugiar-se entre os ingleses que permaneciam na região de Macapá onde habitavam os índios Tucujus (Di Paolo, 1990: 74).

Di Paolo (1990: 74-75) descreve que foi a partir de 1628 que os portugueses intensificaram as guerras para a conquista da Amazônia. Apenas em julho de 1632 os portugueses conseguiram expulsar os ingleses e holandeses do Forte Camaú, hoje conhecido pelo nome de Fortaleza de Macapá. E já era 1646 quando também caiu o porto fortificado Holandês, localizado entre os rios Mayacaré e Cassiporé.

Já para Cruz (1990: 93) a ocupação da Amazônia pode ser estudada sob dois aspectos: o primeiro está relacionado ao aspecto militar e o segundo ao aspecto econômico. O autor questiona ainda que tipo de significado econômico teria a região amazônica. E é o mesmo que nos dá a resposta, o cultivo de canaviais de açúcar. Pois quando os portugueses chegaram na Amazônia, depois de terem derrotados os franceses no Maranhão, já havia um comércio intenso açucareiro, liderado pelos holandeses.

Os holandeses exploravam por conta própria a indústria açucareira, primeiro no nordeste e em seguida no norte brasileiro, isto é, na Amazônia:

A Espanha havia afastado, comercialmente a Holanda de Portugal, então sob o seu domínio, obrigando-o a não vender o açúcar do Brasil aos batavos. Tomaram, desse modo, os holandeses, a deliberação de vir buscar o artigo nos próprios domínios lusitanos. Infiltrando-se nas áreas produtoras, nos centros açucareiros, desencadeando a guerra que havia de levá-los à criação do Brasil holandês (Cruz, 1960: 94).

E assim prossegue através do litoral brasileiro a conquista expansiva dos colonizadores holandeses, vindo ter no Amazonas, onde também se instalaram e construíram suas Casas fortes e montaram Engenhos de açúcar com a ajuda do braço indígena.

A investida dos holandeses pela posse das terras da Amazônia foi tão marcante, que o mesmo autor descreve com muita clareza que a permanência de colonos holandeses naquela região deu início a grandes plantações. Tais plantações estendiam-se desde a as costas de Macapá até no Xingu. No tempo de conquista do Pará pelos portugueses, os holandeses tinham uma Companhia muito organizada para explorar a região Amazônica, sendo chefiada pela figura importante do burgo-mestre do porto de Fleiisingue, Jean de Moor (Cruz, 1960:94).

É interessante ainda o relacionamento amistoso entre os nativos da Amazônia para com os holandeses, como podemos observar na citação abaixo:

O padre João Felipe Betendorf, não esconde a preferência que os nheengaibas dispensavam aos holandeses, com que comerciavam, enchendo-lhes os navios de peixe-boi, abundante na ilha de Joanes, para a banda do Norte. (Cruz, 1960: 94-95)

Aqui começamos a perceber que houve uma significativa participação de cordialidade entre holandeses e nativos, mesmo se tratando de negociação de mercadorias, demonstrando respeito mútuo. Essas relações é a memória coletiva que contribuíram para a formação da nova cultura Amazônica, fato esse que poderá ter influenciado também nos pensamentos dos revolucionários da Cabanagem.

4.1.2 A luta pela posse da terra entre portugueses e holandeses

A presença temporária dos holandeses na região Amazônica favoreceu aos portugueses ‘idéias de aprimoramento’ sobre os pontos de fundação dos fortes de proteção contra novas invasões inimiga. Dizemos idéias de aprimoramento, pelo fato de os holandeses terem tido o reconhecimento de serem os iniciadores de fortes de madeira em pontos estratégicos daquela região. A influência dos Batavos, na vida econômica da Amazônia, desde o final do século XVI era grande. Os flamengos tinham nas terras Cabo do Norte, segundo Cruz (1990: 96),

dois engenhos de açúcar que produziam carga suficiente para seus navios e eram protegidos por fortalezas holandesas.

O modelo inicial de ocupação da região norte brasileira consistiu na construção de pequenos fortes localizados na embocadura do rio Amazonas e na confluência com seus principais afluentes, prática adotada primeiramente por holandeses que foram aprimoradas e seguidas pelos portugueses. As construções dos fortes, no entanto, eram insuficiente para garantir uma ocupação a longo prazo, logo, o principal objetivo tornou-se a pacificação das tribos indígenas com o objetivo de, através da sujeição, garantir o domínio da terra. A pacificação das tribos indígenas, assim como a construção das fortificações foram de grande valor no domínio territorial Amazônico, como afirma Cruz:

Mantinhm os holandeses o maior número de fortificações. Haviam chegado primeiro. As suas instalações fabris datavam dos fins do século XVI ou princípios do XVII. Na margem esquerda do Xingú, afluente meridional do Amazonas, haviam construído dois fortes, chamados de ORANJE e NASSAU. Admite o Barão do Rio Branco. Que essas fortificações tinham por finalidade a proteção das “plantações e lugares seus. (Cruz, 1960: 106)

Além dos fortes Oranje e Nassau os holandeses tinham outros fortes para proteger as terras conquistadas no território amazônico. Na margem direita do rio Amazonas havia os fortes de Maturú, Cumaú e Mariocay e sobre as ruínas do Mariocay foi construída a Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá (Cruz, 1960: 106).

Depois que os holandeses, ingleses e franceses foram tomados e derrotados em 1615, inicia-se a era da “Feliz Lusitânia”. É importante ressaltar ainda, que todos os fortes de proteção construídos pelos holandeses e demais colonizadores europeus, foram reconstruídos pelos portugueses, recebendo novos nomes, como é o caso do forte Mariocay, que recebeu o nome de Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá e o Forte de Cumaú que recebeu o nome de Fortaleza de São José. Com a era da “Feliz Lusitânia”, os portugueses construíram em Belém do Pará um forte que foi denominado Forte do Presépio. Desse forte saíram inúmeras tropas armadas, que tinham como objetivo proteger as terras do Reino Português, assim como os colonos saíram em prol da obra de civilização e os religiosos com o objetivo de levar a fé do cristianismo, como foi o caso dos missionários Jesuítas, que através da catequese converteram inúmeros indígenas, negros e mestiços para o catolicismo. Fato é que dali saíram as jornadas fluviais para conquistar o resto do território Amazônico (Cruz, 1960: 107-109).

O Forte do Presépio, foi de grande importância para consolidar o domínio da Coroa Portuguesa na região Amazônica, como afirma Cruz:

Nesse Forte do Presépio, mais tarde mudada a denominação para forte do Castelo, foram escritas as primeiras páginas do domínio português, no extremo Norte do Brasil. Traçados os primeiros planos para a fixação do homem à terra. Estudados os meios para a sujeição do indígena aos colonizadores. E alentada a fibra daqueles que trabalham para a liberdade da terra do jugo dos déspotas. Ali estiveram cabanos, agitando a bandeira das reivindicações sociais. Atravessaram o Forte os civis, os militares e os sacerdotes, que estiveram ligados aos movimentos mais vibrantes da formação política e social da Amazônia. (Cruz, 1960:108)

Esses momentos não só representam o avanço e a exploração por parte dos colonizadores europeus, como o avanço da Amazônia, num período em que a Amazônia esteve vinculada a novas culturas européias. Foi uma ocupação diferente por ter como espaço principal os rios, igarapés e mangues. A ocupação da Amazônia difere e muito das demais regiões do Brasil por ter como avenida principal o rio Amazonas e como ruas os seus afluentes, e é este cenário próprio e quase indecifrável de cultura marítima em que holandeses, portugueses, franceses e ingleses construíram fortes e fortalezas, lutando pelo poder e pela posse da região (Hemming 2007: 330-331).

4.2 Índios, colonizadores e as missões religiosas

Como vimos, o argumento da presença holandesa em toda a região amazônica era mais do que verossímil e convincente. Porém, a memória desta invasão, fora de Pernambuco e Bahia, ainda busca por trabalhos mais sistemáticos, como afirma Di Paolo (1990).

A História da Amazônia ainda precisa ser escrita. De fato. Embora existam vários trabalhos profundos e importantes sobre a região, falta uma síntese globalizante, superadora da historiografia oficial e reveladora das aspirações populares das diversas épocas. (Di Paolo, 1990: 15)

Para melhor compreender o que aconteceu na época da Revolução Cabana, é também fundamental enfatizar a atuação dos missionários religiosos que também fizeram parte da construção de uma nova sociedade em plena floresta tropical, localizada no norte do Brasil.

Não há quem possa negar de boa fé, às Ordens religiosas que se instalaram no Pará, desde os primórdios da conquista portuguesa, a poderosa influência que tiveram na obra da colonização. Quer estabelecendo e dando desenvolvimento aos núcleos indígenas, ou percorrendo a Capitania por terra ou através de rios, onde quer que se firmassem os abrigos das diferentes confrarias, consolidaram os fundamentos do domínio de Sua Majestade, e instalaram as bases da doutrina Cristã. (Cruz, 1960: 115)

Com a chegada dos religiosos cristãos, com destaque para os Jesuítas, nota-se que os índios, que até então eram considerados por parte dos colonos brancos como objeto de escravidão, passam a ser evangelizados aos preceitos do cristianismo. O Deus do cristianismo era difundido pela Igreja entre os índios e naturalmente entre os demais habitantes, como por exemplo os judeus, os negros e os ateus. Todos estavam submetidos a conhecer o cristianismo através das catequeses missionárias. O missionário Jesuíta Manuel da Nóbrega foi um dos primeiros a catequizar os índios no Brasil (Fausto, 2003: 19).

De acordo com Fausto (2003: 21) podemos distinguir duas tentativas básicas de subordinação indígena. A primeira está baseada na submissão dos índios por parte dos colonos portugueses, objetivando simplesmente fins lucrativos; a segunda é de cunho religioso, e destaca-se pelas missões jesuíticas, objetivando transformar os índios em “bons cristão” através da educação repassada nas pequenas aldeias.

De acordo com Ribeiro (2007: 282), o regime das missões era, sobretudo, mais aceitável pelos índios que o regime de escravidão a que estavam condenados pelos colonizadores.

Os Jesuítas que administravam as aldeias, foram os responsáveis pela aculturação dos índios. Por um lado, reprimindo toda e qualquer manifestação indígena e, por outro, obrigando-os a seguir rigorosamente o catolicismo. Embora os Jesuítas tenham representado também um dos maiores defensores dos índios e negros contra a violência dos colonizadores (Fausto, 2003: 21-23).

A vinda dos missionários proporcionou o aumento de inúmeros problemas com os colonizadores da região, uma vez que os índios eram considerados, por parte dos colonizadores brancos, objetos para a escravização. Porém os missionários acreditavam ter vindo para salvar os nativos da escravidão do colonos.

Bastava-lhes como prêmio às suas virtudes e como prova das vicissitudes por que passavam a incompreensão dos colonos e a luta desenvolvida para livrar os índios do cativeiro. (Cruz, 1960: 115)

Mas para Ribeiro (2007), o índios representavam uma grande força para o crescimento econômico, que foi implantado nos aldeamentos jesuíticos, provocando acima de tudo uma ação de desaculturação dos nativos.

A organização dos aldeamentos-reduções expandiu-se por todo vale, que se fazia brasileiro à medida que recrutava a massa de trabalhadores indígenas indispensáveis para ampliar a produção de drogas da mata, que Portugal negociava por toda a Europa,. Tais eram o cacau, ainda selvagem, o cravo, a canela o urucu e a baunilha, além do açafraão, da salsaparrilha, da quina, do puxuri e grande número de sementes, cascas, tubérculos, óleos e resinas. (Ribeiro, 2007: 283)

De acordo com Cruz (1960: 121) os índios viviam num cativeiro humano, com a chegada dos Jesuítas acontece uma melhora no modo de vida dos indígenas. O governo português aprova a Provisão de 29 de maio de 1649, este documento oficial concede algumas vantagens aos nativos, algumas das vantagens era o trabalho remunerado e a supressão de violência. Embora muitos não executassem a Ordem Régia, os Jesuítas cuidavam para que a provisão de liberdade indígena fosse cumprida, combatendo assim os abusos do colonos estrangeiros.

4.2.1 A influência da expulsão dos Jesuítas

As idéias de libertação dos índios pelos Jesuítas desencadeou uma relação turbulenta com os colonos portugueses, contribuindo para o surgimento de frequentes conflitos entre eles. A Provisão de 29 de maio de 1649 é abolida pelo Rei de Portugal através da Provisão de 7 de outubro de 1653 e os índios voltam a ser escravos.

A discordia entre Conquistadores e Jesuítas, acabou resultando na expulsão dos Jesuítas do Brasil, pelo Decreto de 10 de Julho de 1757 da corte portuguesa, ordenando a expulsão de todos os religiosos que habitavam o sertão do Amazonas, seus bens foram confiscados e em seguida deportados para Portugal (Cruz, 1960:123).

Em setembro de 1759, foi decretada a sua expulsão de Portugal e dos domínios portugueses. No Brasil, se executou a ordem no ano seguinte, saindo mais de seiscentos Jesuítas do Pará, Pernambuco Bahia e Rio de Janeiro (Del Priore & Pinto Venâncio, 2006: 165).

A Companhia de Jesus implantou o novo mundo lusitano, através do proselitismo cristão e a da implantação de núcleos missionários uma sólida estrutura de colonização. O amadurecimento absoluto da nova estrutura que se formou na nova sociedade, só não proliferou por causa do rompimento realizado por parte do Governo Português, que tratou de pôr fim na missões religiosas. Com o fim do trabalhos das missões jesuíticas na Amazônia, os índios, negros e mestiços ficaram a mercê dos colonizadores (Ribeiro, 2007: 286).

Tal se deu com a expulsão dos Jesuítas, que teve dois efeitos cruciais. Primeiro, derrubou as barreiras postas à completa subjugação do gentio e sua integração compulsória na nova sociedade como trabalhadores escravos. Segundo, fortaleceu a camada oligárquica da sociedade cabocla nascente da distribuição, entre funcionários e comerciantes, das propriedades jesuíticas, com suas casas lavouras e rebanhos de gado além da indiaria. (Ribeiro, 2007: 286)

Com a expulsão, em pleno século XVIII termina a forte influência dos Jesuítas no processo de colonização da Amazônia. Porém a atuação dos Jesuítas foi tão marcante, que ainda perdura na sociedade atual estabelecida na Amazônia, mesmo que seja através dos “contemplados” herdeiros dos bens dos missionários.

Esses sucessores dos missionários, assim que se apropriaram de suas fazendas – só na ilha de Marajó os padres tinham mais de 400 mil cabeças de gado, vêm sendo designados, desde então, como os “contemplados”. (Ribeiro, 2007: 286)

Evidencia-se também que os bens dos Jesuítas foram distribuídos pelos colonos da região, assim como, por colonos vindos de outras regiões, ao passo que a situação dos gentis, negros e mestiços piora. Eles sofrem com a exploração desgovernada, durante todo o século XVIII até meados do século XIX, época em que eclodiu a revolução da Cabanagem. Ou seja:

Essas condições de exploração provocaram o extermínio das populações aborígenas e criaram um ambiente de extrema tensão interétnica. (Ribeiro, 2007: 287)

A situação do povo antes da Cabanagem na província do Grão-Pará era de muita humilhação e escravidão.

4.3 A Cabanagem Paraense

A Cabanagem é a única Revolução onde o Povo, embora por pouco tempo, assume o poder no Brasil. Ocorreu na Província do Grão-Pará e de acordo com obras oficiais sobre a história

brasileira, entre os anos de 1835 até 1840, sendo os maiores envolvidos neste processo histórico a elite portuguesa representada pelos colonos, assim chamados os habitantes estrangeiros que habitavam a região norte, e os subalternos representados pelos índios e a classe de trabalhadores escravos. Assim descreve o autor Thorlby (1988) através de depoimentos dos descendentes de Cabanos³:

A cabanagem era o crescimento do movimento popular contra os portugueses e uma verdadeira independência. A cabanagem era para acabar com a humilhação da escravidão. Eram nativistas, querendo assumir a independência dos portugueses **(52)**. A luta dos Cabanos era para melhores condições de vida para o povo. Legalidade para o povo, sem arbítrio, para o povo que viveu oprimido aos grandes da época. (Thorlby, 1988: 59)

O excesso de trabalho, os maus tratos e todas as demais dificuldades em que vivia o povo, provocou um descontentamento geral, ocasionando a revolta cabocla ou a guerra dos cabanos, como os brancos chamavam esta revolta. Os brancos falavam que os cabanos andavam malvestidos. A maioria era descendentes de índios e esse tipo de povo não tinha valor para a sociedade daquela época (Thorlby, 1998: 63).

De acordo com os depoimentos de descendentes dos cabanos entrevistados por Thorlby (1998:65) os cabanos podem ser descritos como:

- Os cabanos eram cada um homem feito. Usavam brinco, flexa. **(47)**
- Cabano era só índio. Não tinha casa grande, engenho: preto mesmo não tinha aqui. **(48)**
- Os cabanos eram um tipo de índio, preto, barbudo **(47)**.
- Porque os cabanos eram caboclos, índios, revoltados. **(1)**
- Minha avó dizia que os cabanos era caboclo mulato: essa pobreza virou Cabanagem porque faltou dinheiro, pão **(1)**. (Thorlby, 1998: 65)

³ Os números citados por Thorlby (1998), representam os nomes dos descendentes de Cabanos. Que foram relatados em seu livro a *Cabanagem na fala do povo / O povo quer viver*. São Paulo: Paulinas. A conferir: **(52)** Raimundo Penafort de Sena, 62, negro Cametá; **(1)** Antônia Malato Loureiro, 81 anos, branca, Abaetetuba; **(47)** Laura Julião Batista, 74, mestiça, Vila do Conde; **(48)** Osvaldina dos Santos Palheta, 71, neta de indígenas. Vila do Conde; **(53)** Manuel "Duquinho" dos Santos Melo, 76, mestiço Cametá; **(37)** José Plácido Gonçalves, 90, negro, Igarapé-Miri.

E os depoimentos dos descendentes cabanos ainda nos mostram que os cabanos podem ser encontrados nos mais diversos cantos da região norte.

Os cabanos eram gente da região. Andavam por todo Amazonas. Rodavam a Ponta do Flechal e vieram para Cametá. Era o núcleo, como se chama uma associação deles. Mas na maior parte, imperava a pobreza. Trabalhavam em lavoura, em engenho de cana-de-açúcar, porque tinham muitos para cá, engenho de cana -de- açúcar.
(depoimento do informante (53)Thorlby, 1998: 65)

A Revolução da Cabanagem na Amazônia é vista por Chiavenato (1984) como uma grande revolta política e social, que foi liderada pelo povo oprimido. A ralé ou camada mais baixa da sociedade, assume o poder, acabando com quase todo o tipo de opressão, liquidando a hierarquia social vigente naquela época. Embora tenha sido um momento historicamente curto, se realizou no Grão-Pará uma grande rebelião social em prol de melhores condições de vida para o povo oprimido (Chiavenato, 1984:12).

Segundo o historiador Salles (1992: 129-130) a Cabanagem foi uma manifestação de massa, liderada por representantes da pequena burguesia. Para esse historiador, tudo não passou de um episódio secundário, manifestado em circunstâncias especiais, sem nenhuma conotação nacionalista ou patriótica. Ao enfatizar a secundariedade da revolução dos cabanos, ele afirma ainda que a Cabanagem paraense foi um movimento cheio de contradições e limitado aos interesses pessoais e, por isso, também podemos encontrar o verdadeiro conteúdo do movimento nas diversas contradições existentes, que ocasionaram um separativismo político na região Amazônica.

Para o escritor Tamer (1998: 46-47) esse foi um período de insegurança geral provocada pela intensa disputa de poder entre as elites de colonos e os dirigentes nacionais, representados pelos ricos proprietários de terras. As disputas podem ser explicadas pelo fato da Independência do Brasil não ter significado mudança na estrutura social, pois na verdade assegurou a permanência no poder da classe proprietária colonialista.

A cabanagem é observada por Del Priore & PintoVenâncio (2006), não apenas como uma revolta política, mas uma guerra de rebeldes que contribuíram para a destruição da população.

No Pará, uma revolta política lança a província em uma violenta guerra civil, que se estende por cinco anos. A independência local chega a ser decretada, mas os rebeldes, auto-intitulados “cabanos”, são violentamente esmagados, deixando como saldo cerca de 30 mil mortos, ou seja 20% da população provincial. (Del Priore & Pinto Venâncio, 2006: 211)

Os pesquisadores pesquisadores Gusmão (2001:1), Cleary (2002: 15) e Ricci (2007: 6) mostram em suas publicações que a Revolução da Cabanagem que eclodiu em Belém do Pará em 1835, provocou a morte de milhares de pessoas, principalmente de mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos eram os brancos, especialmente os portugueses e seus descendentes mais abastados.

Para o pesquisador Harris (2009: 2) da Universidade de Saint-Andrews na Escócia, uma das principais causas da Cabanagem paraense foi a ocupação das terras da região Amazônica e o monopólio das atividades econômicas, numa época em que inúmeros trabalhadores índios, negros e mestiços não tinham sequer o direito a sepultura, tendo seus corpos jogados para os urubus ou na floresta da Amazônia.

4.3.1 A situação do povo na época da Cabanagem

Em 4.3 observamos que os autores são unânimes em dizer que a Cabanagem foi uma revolução de índios, caboclos e mestiços em prol de melhores condições sociais, embora alguns autores descrevam ter sido uma disputa de poder entre as elites de origem portuguesa e os dirigentes nacionais. O fato é que historicamente a região amazônica, desde a época de colonização sofreu tanto com as constantes lutas em função do poder, quanto com a formação dos seus habitantes, não só provocando uma significativa mistura de raças mas também grande desequilíbrio político, social e econômico. Como analisa Ribeiro (2007) no livro *O Povo Brasileiro*, no capítulo *O Brasil Caboclo* :

A história da região Amazônica é marcada pela violência desde os início de sua colonização, o encontro dos índios nativos com o branco colonizador foi de constantes conflitos, que na maioria das vezes eram ganhas pelos colonizadores, resultando com isso a escravidão do índio Amazônico. (Ribeiro, 2007: 278-279)

Em se tratando dos reais motivos pelos quais a revolução aconteceu e apesar dos trabalhos primorosos à respeito do assunto, buscando-se sobretudo retratar não apenas a visão dos

dominantes mas também a dos dominados e uma visão imparcial e social em todas as suas concepções, certamente não é e nunca será tarefa fácil pela magnitude do espaço geográfico do ocorrido, pela relação dos fatos, pelo interesse dos envolvidos e pelas influências das ações internas e externas ao movimento, assim como do próprio sentimento popular. Além do mais, a bandeira de luta dos cabanos, que apesar de não terem um projeto político definido e organizado, baseava-se em conquistar o poder e realizar um equilíbrio social. Ou seja, o povo governando o povo, pois a situação encontrada era esta:

Do ponto de vista econômico e social ressalta o desequilíbrio dos padrões de vida dos grandes proprietários de origem portuguesa e da massa nacional, agravado pelos desmandos e arbitrariedades dos órgãos do poder. (Reis, 1965: 34)

A ideologia de uma sociedade mais justa, não agradava na época e certamente não agradaria as gerações autoritárias ou ditatoriais vindouras, nem poderia servir de exemplo para a manutenção da segurança do poder. Era mais cômodo escondê-la, mascará-la como uma guerra feita por bandidos e assassinos do que explicitar suas razões de maneira imparcial, e mesmo na própria época do acontecido. No que respeita a Cabanagem os jornais sugeriram objetivos parcializados pela parte dos historiadores importantes como por exemplo Rayol que estava envolvido diretamente em um dos lados, no caso os “legalistas”, e era contrário aos cabanos (Reis, 1965: 35-36).

Por outro lado Di Paolo (1990: 375) afirma que um dos maiores problemas encontrados pelo movimento Cabano estava na dificuldade dos líderes populares em elaborar um programa de governo condizente com os anseios do povo oprimido. Mesmo assim, aumentava no povo oprimido a vontade de lutar por melhores condições de vida.

O descontentamento social foi apenas um dos fatores que levaram à Revolução dos Cabanos, assim como a independência do Brasil e os ideais de liberdade propagados pela região Amazônica. Mas mesmo antes de tudo isso, os motivos de hostilidade já se ampliavam com um grande clamor pela justiça social e pela liberdade, e que sem nenhuma resposta para essas reivindicações culminaram numa explosão, a Revolução da Cabanagem.

Para o historiador Fausto (2003:80) a causa principal da eclosão da Cabanagem deu-se ao fato de a província do Grão-Pará ter ficado sob o poder direto do Rio de Janeiro. Alguns proprietários de origem portuguesa controlavam boa parte daquela região. Não havia uma estabilidade política econômica e a maioria dos povos que viviam naquela região era

composta por índios, mestiços e trabalhadores escravos, e uma minoria por proprietários brancos. Na realidade não se dava o valor devido à região ou se subestimava o valor dos coadjuvantes ou atores principais, o que proporcionou inúmeros equívocos aos índios, negros e mestiços, por serem considerados uma sub-raça. Até os aventureiros piratas e corsários estrangeiros não tinham muita relevância e jamais eram citados nos documentos oficiais, pois poderiam aderir ou aderiram mesmo aos ideais de liberdade proclamados pela independência e ao termo “brasilidade”, fato este, que não tinha aceitação da classe dominante de origem portuguesa que administrava a região. Os cabanos, por sua vez, insatisfeitos com tanta submissão e exploração, formaram uma organização alternativa na província do Grão-Pará, indo lutar por melhores condições de vida e dignidade.

Além da revolta do povo que era marginalizado pelas classes sociais que mantinham o poder, entendemos que os interesses políticos e econômicos significaram e continuam a significar para muitos autores as causas principais da Cabanagem. Este não é, contudo, um processo fácil e simples, pelo fato de os nortistas serem herdeiros de uma história, cujos alicerces são profundamente de base autoritária e alheia aos interesses da coletividade. Como vimos, os interesses políticos e econômicos, sem dúvida, foram os verdadeiros motivos da revolta Cabana.

4.3.2 Como terminou a Revolução da Cabanagem

Não houve um final feliz para os Cabanos e ficaram retratados pela história como um povo revolucionário sem nenhum objetivo concreto de revolução. Pessoas do povo da região descrevem isto assim:

Não sei aonde foram os cabanos. Desapareceram. Morreram. Mataram. Porque fizeram greve com eles. (37)

Não existem mais. Veio a polícia de longe. Deram queixa porque mataram muita agente. Cortavam orelha (47)

Afinal foram se acabar por ai—Alto Tucuruí, Marabá. Foram se acabando, se terminando. Foi terminada a vida deles (47). (Thorlby, 1998: 89)

Os Cabanos, embora tivessem boas intenções políticas e sociais, na prática não desenvolveram base sólida para a continuação de seus ideais de libertação. A fragilidade dos lutadores Cabanos pode estar vinculada à ausência de influentes grupos intelectuais laicos, uma

vez que naquela época os grupos intelectuais laicos eram de suma importância para manter-se no poder (Di Paolo, 1990: 375).

O papel da Igreja na época da Cabanagem requer uma pesquisa específica, pelo fato de não termos encontrado nas obras que consultamos, um considerável número de autores que tenham feito referências sobre a participação da Igreja. Destacamos aqui apenas alguns depoimentos.

A estrutura corporativista da Igreja prevaleceu, na prática política, sobre a visão do Povo, que antes fora o núcleo de seu discurso político. A este posicionamento do clero é preciso conjugar a emergência de uma cultura sistemática legalista e neo-colonialista, cujos principais representantes eram os militares preparados intelectualmente, possuindo um conjunto de conhecimentos administrativos, que lhes permitiram subordinar o clero e derrotar os cabanos. (Di Paolo, 1990: 376)

Di Paolo acredita que não houve uma derrota total dos Cabanos, mas sim o surgimento de uma nova era na Amazônia.

A Revolução Cabana marca o nascimento da “Amazônia Brasileira”, tendo como resultados principais o término do colonialismo português, a desintegração do escravagismo e a consagração da pátria comum: o sangue dos mártires cabanos avermelhou de vergonha o rosto dos colonizadores e os obrigou a adotar, ao menos formalmente, o nome “brasileiro”. (Di Paolo, 1990: 379)

Essa luta armada trouxe à tona o significado de ser patriota e de ter orgulho de ser brasileiro. Todavia, uma derrota ou vitória não se mede apenas pela derrota propriamente dita, mas pelas conquistas que se conseguiu alcançar no decorrer do tempo. A Revolução Cabana sempre fará parte de uma página da história paraense e servirá como um marco de que a união de um povo pode conduzir a uma revolução de liberdade. Os Cabanos, em sua maioria, morreram, mas até os dias de hoje a Cabanagem vive desafiando e fermentando os paraenses que lutam por uma vida mais humanitária. Segundo a seguinte citação:

O sacrifício do Povo massacrado da Amazônia permanece na História como testemunho autêntico de luta pela liberdade e de esperança na construção de uma *Nova Sociedade*, centralizada no *livre e pleno* exercício da *cidadania*: este testemunho constitui a Vitória dos Derrotados. (Di Paolo, 1990: 380)

É interessante mencionarmos estes fatos, pois geralmente quem vence uma luta escreve sobre a sua vitória e os acontecimentos posteriores. O mesmo não acontece com aqueles que são derrotados, sempre são mortos, expulsos e o que aconteceu a eles quase nunca é relatado.

5. Conclusão

A pergunta-base desta tese era:

Houve algum tipo de influência dos conquistadores holandeses na Revolução da Cabanagem do Grão-Pará?

Tendo em consideração a existência, há milhares de anos das tribos indígenas no espaço Amazônico, interpretamos a ação dos holandeses na Amazônia durante a colonização portuguesa a partir do século XVIII como um processo idealista democrático. Esse idealismo entre o povo indígena teve seu início durante o decorrer dos séculos XVI e XVII no nordeste brasileiro e propagou-se, passando aos habitantes da zona tropical do norte do Brasil. Evidentemente, há de se considerar a presença dos holandeses na Amazônia, em menor escala, mas dentro do próprio percurso histórico surgem fatos que marcam a persistência destes, sem falar que na imensidão da Amazônia poderiam instalar-se aleatoriamente mais nacionalidades sem maiores dificuldades.

Por parte dos holandeses reconhecemos um tratamento de tolerância para com os nativos, mas o mesmo não podemos dizer dos portugueses. Os holandeses parecem ter tido uma estratégia mais amistosa e pragmatizada diante dos nativos, já os colonizadores portugueses estavam apenas preocupados com a expansão de terras e o aumento dos lucros. A figura do guerreiro nativo, temeroso nos primeiros anos de conquista da Amazônia, foi valorizada como essencial para a permanência dos holandeses, uma vez que estes dependiam do conhecimento do nativo para a exploração na região Amazônica. Mesmo sendo expulsos pelos portugueses, não acreditamos que os holandeses tenham saído por completo da região.

Na época da Conquista da Amazônia ficou evidente o extermínio de nativos e a exploração de negros; o mesmo continuou acontecendo com os índios, os mestiços e os caboclos na época da Revolução Cabana. Os autores pesquisados são unânimes em descrever que com a vinda dos Jesuítas, a vida dos povos que eram marginalizados teve considerável mudança, embora as missões estivessem mais preocupadas em propagar os preceitos do Cristianismo. Os interesses religiosos e políticos dos Jesuítas, sem dúvida, tiveram também grande contribuição para a formação da identidade do povo da Amazônia.

Neste trabalho buscou-se relatar os mais diversos acontecimentos históricos que envolvessem a participação dos holandeses, em diferentes períodos, desde a colonização da Amazônia até à Revolução da Cabanagem. Mas os momentos observados e analisado não possibilitaram encontrar provas suficientes que nos levassem a uma clara influência holandesa na Cabanagem, embora muitas coisas em comum tinham entre si. Observou-se que a Revolução foi inicialmente uma luta em prol de melhoria na vida dos colonizados em busca de melhores qualidades de vida, de uma vida com mais dignidade. Dignidade esta, que os cabanos haviam conhecido na época em que serviam os holandeses na Amazônia, os quais tratavam os nativos com mais tolerância e respeito, conseguindo alcançar a maioria dos seus objetivos sem precisar recorrer a métodos de violência. Concluiu-se ainda da análise das obras estudadas que estas possuem visões diferentes do que foi a Cabanagem, contribuindo desta maneira de forma importante para a historiografia. Acrescenta-se que este trabalho não buscou dizer que este ou aquele está corretos na sua visão, mas quis mostrar as especificidades com que é tratada a Revolução de 1835. Finalmente, observou-se que a obra de Fausto (2003) que vê o movimento através do estereótipo criado pelos livros históricos, está mais voltada para o lado político e econômico da Revolução. Já Di Paolo (1990) e Salles (1992) buscam discutir o movimento através da visão que o caboclo da região possui.

Nas obras de Cruz (1960), Chiavenato (1984), Thorlby (1988) percebe-se que a luta da classe indígena, mestiça e cabocla era pela cidadania. Afirmam que o movimento da Cabanagem possui vertentes progressivas, que a luta social era fundamental para a emancipação política e que o movimento foi também importante para a transformação social do estado. Enquanto que para Di Paolo (1990) a Cabanagem trouxe o patriotismo, o nascer de um novo cidadão brasileiro, e que sem dúvida também despertou a ânsia de lutar por direitos iguais, Ribeiro (2007) descreve a Cabanagem a partir da visão do índio, pois para ele foi uma Revolução que exterminou um significativo número de indígenas e caboclos. Os autores com suas visões próprias do movimento tiveram importante contribuição para a historiografia da Amazônia.

Finalmente, convém esclarecer que nesta pesquisa poucos documentos foram utilizados, que provem com maior precisão o tempo de estada dos holandeses na Amazônia. A historiografia oficial tem-se inclinado para o lados dos vencedores, os vencidos foram ofuscados. Fica, portanto, a sugestão de que estudos semelhantes devam ser realizados sobre períodos, lugares e realizações dos holandeses na região Amazônica e suas influências na história paraense, em particular sua influência sobre a consciência coletiva na história da Cabanagem. Utilizando

documentos existentes no Arquivo Público Paraense ou em outras bibliotecas brasileiras, pode-se prosseguir a investigação acerca da participação dos holandeses na vida do dia-dia dos cabanos e quem foram os reais sucessores destes holandeses, depois que os mesmos foram expulsos da Amazônia. Só assim acreditamos poder ter uma pesquisa da história que seja mais exata.

Bibliografia

- Alencar, Francisco (1979) *História da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: SNED.
- Chiavenato, José Júlio (1984) *Cabanagem: O Povo no Poder*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Cleary, David (2002) *Cabanagem Documentos Ingleses*. Trad. Chistine Moore Serrão. Belém: Ed. SECULT/IOE.
- Cruz, Ernesto (1960) *Temas da História do Pará*. (Curso de História do Pará, Faculdade de Filosofia da Universidade do Pará, com a colaboração da Academia Paraense de Letras). Belém: Editora Ernesto Cruz.
- Del Priore, Mary & Pinto Venâncio, Renato (2006) *O Livro de Ouro da História do Brasil, Do Descobrimento à Globalização*. Rio de Janeiro: Ediouro. Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html> (consultado 12-1-2011).
- Di Paolo, Pasquale (1990) *Cabanagem a Revolução Popular da Amazônia*. Belém: Edições CEJUP.
- Fausto, Boris (2003) *Historia Concisa de Brasil*. Buenos Aires: Impreso en la Argentina.
- Gazeta Santarém (2009). Disponível em: www.calameo.com/books/0002154336e81a6bfb312 (consultado 29-3-2011).
- Gusmão, Sérgio Buarque de (2001): *Nos desvãos da Cabanagem*. Publicado originalmente na revista virtual belem.dopara.com.br em 12/março/2001 Disponível em: <http://sergiobg.sites.uol.com.br/belem1.html> (consultado 12-1-2011).
- Harris, Mark (2009) *Cabanagem uma nova visão sobre a guerra Amazônica. Especial Cabanagem*. Santarém. Editado por Gazeta Santarém. Disponível em: www.calameo.com/books/0002154336e81a6bfb312 (consultado 29-3-2011).
- Hemming, John (2007) *Ouro Vermelho : A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp.

Reis, Gustavo de Moraes Rêgo (1965) *A Cabanagem um episódio histórico de guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839)*. Vol. IV. Manaus: Edições Governo do Amazonas.

Ribeiro, Darcy (2007) *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ricci, Magda (2007) *Cabanagem, Cidadania e Identidade revolucionária: O problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. Dissertação UFPA. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v11n22a02.pdf (Consultado 29-3-2011).

Sá Almeida, Djalмира (2010) *Ações Européias para a Conquista da Amazônia* <http://www.webartigos.com/articles/36559/1/ACOES-EUROPEIAS-PARA-A-CONQUISTA-DA-AMAZONIA/pagina1.html> (consultado 29-3-2011).

Salles, Vicente (1992) *Memorial da Cabanagem: Esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Par / 3*. Coleção Amazoniana. Belém: Edições CEJUP.

Tamer, Victor (1998) *Chão Cametaense*. Belém: Israel Gutemberg.

Thorlby, Tiago (1988) *Cabanagem na fala do povo/ O povo quer viver*. São Paulo: Paulinas.

Van den Berg, Frank (2009) *Descobrimento ou Conquista? A viagem de Pedro Texeira de Belém a Quito*. Tese final do Curso Portugese Taal en Cultuur da Universidade de Utreque, Holanda (Tese não publicada).

Fontes Digitais

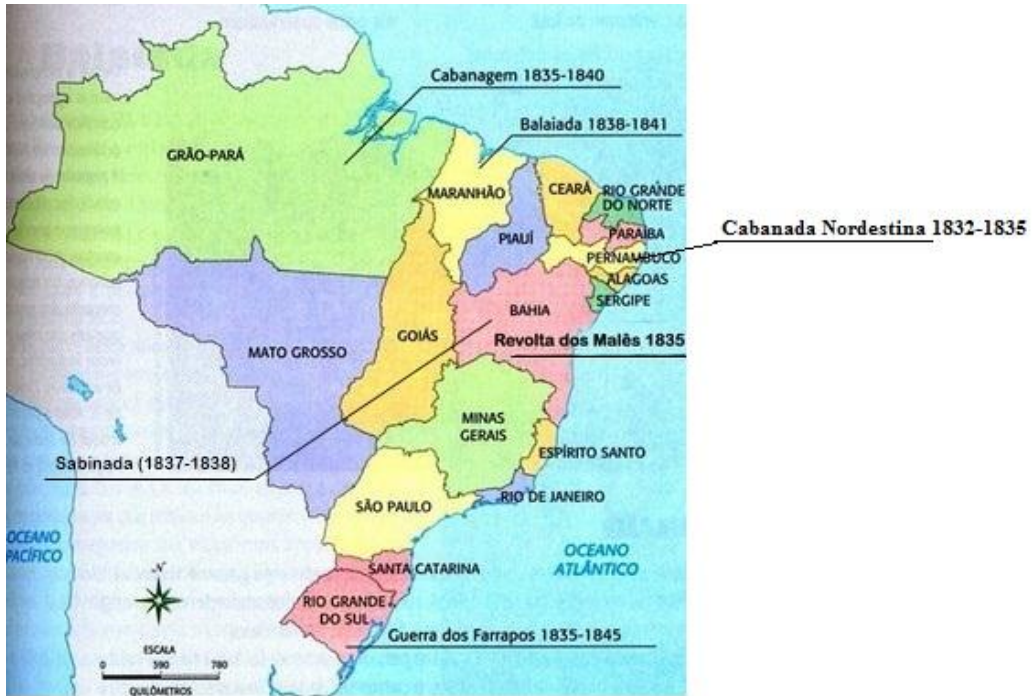
Notícias do norte: Primeiros relatos da presença holandesa na Amazônia brasileira (século XVII) disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/43703> (consultado 29-3-2011).

Gravura da Cabanagem Paraense; <http://www.brasilecola.com/historiab/cabanagem.htm> (consultado 14-05-2011).

Mapa das Revoluções Provinciais; <http://professoraclara.com/set/perireg.php> (consultado 14-5-2011).

Anexo

Anexo I: Mapa das revoluções provinciais após a Independência do Brasil.



Fonte: <http://professoraclara.com/set/perireg.php>

Samenvatting

Dit bachelor Eindwerkstuk voor de opleiding Portugese Taal en Cultuur gaat over de Cabanagem-opstand in Grão-Pará/Brazilië en de Hollandese invloed daarop.

Bij de aankomst van de Portugezen in het Noord-oosten van Brazilië in 1500, werden de Indiaanse bewoners, in eerste instantie gezien als een onschuldig, zachtaardig en rein volk, zonder grote culturele kennis. Weinig auteurs hebben een poging gedaan om de culturele rijkdom en de mogelijke kennis van de inheemse bevolking te ontedekken. De Portugese schrijver Pero Vaz de Caminha heeft, in zijn brief aan de koning van Portugal, een gedetailleerd verslag gedaan over de ontmoetingen met de indianen, vervolgens zocht hij wat de kolonisten interesseerde met zeer gedetailleerde beschrijvingen over de fysieke gesteldheid van de Indiaan, de locaties, de ornamenten, de lichaamsbeschilderingen, naaktheid, etc., om een levend en esthetisch beeld te schetsen van de inheemse bevolking, zonder een grondige sociale en culturele vraagstelling. De inheemse bevolking was vele jaren dienstbaar, ze namen deel aan verschillende oorlogen voor het in bezit nemen van gebieden en droegen zo bij aan de verrijking van de kolonisten.

In dit Eindwerkstuk halen we nieuwe beelden naar voren over de bestaande relaties tussen de Indianen, de omgeving en de Europese kolonisten, om een beeld te vormen van de Revolutie van de Cabanagem, die in het Amazone gebied plaatsvond (1835-1840), provincie Grão-Pará. We kijken ook met name naar de vervaagde sporen van de Hollandse invloed op deze volkse revolutie. Hollandse kapers en zeevaarders, die regelmatig een groot gedeelte van de Braziliaanse kuststrook bezochten en gingen ook met koloniale exploratie van Brazilië door nadat de Hollanders in 1654 uit het Noord-oosten van Brazilië waren verdreven.

Het bestuur van de Hollandse kolonie te Recife heeft sporen van een democratisch en sociaal karakter achtergelaten, die naar ons inzicht van groot belang zijn geweest voor het uitgroeien van bevrijdings-ideeën van de Indiaanse bevolking tijdens de Revolutie van de Cabanagem. Bij de terugkeer van de Portugezen na het vertrek van de Hollanders uit Recife, zijn velen van deze Hollanders, samen met de Indianen naar de genoemde provincie Grão-Pará en Maranhão gevlucht, de huidige staten Maranhão en Pará, die daarna het podium werden van de Cabanagem-opstand. Uniek in die tijd, hoewel er al wel een andere opstand is geweest met een vergelijkbare naam in het Noord-oosten van Brazilië. Maar de Cabanagem-opstand in het

Amazone gebied was ook een revolutie, waarin de bevolking dapper gestreden heeft voor de principes van gelijkheid en burgerschap. Toevallig of niet, zijn deze ideeën van gelijkheid ook door de Hollandse gouverneur van Nassau in Brazilië gepropageerd.

Dit thema is gekozen, omdat de Cabanagem-opstand in het Amazone gebied, tot de dag van vandaag, door de historici onderbelicht wordt. Dit heeft waarschijnlijk te maken met het feit dat het regentschap tijdens de Monarchie van Brazilië en het tijdperk van de militaire dictatuur (1964-1985) hier om politieke redenen geen belang bij had. Daarom waren talloze publicaties over de strijd van de Cabanos verboden en stond alleen de dominante literatuur eenzijdig op de voorgrond. Dit is een constatering van één van de grootste kenners van de geschiedenis van Pará, Benedicto Monteiro, schrijver en politiek leider die tijdens de militaire dictatuur werd vervolgd, in een interview in de krant *Gazeta de Santarém*:

De Cabanagem-opstand is in onze geschiedschrijving lange tijd geridiculiseerd en zwartgemaakt. (Gazeta, 2000:19)

Met deze constatering willen we het onderbelichten van deze historische gebeurtenis niet aan de kaak stellen, maar wel het onderzoek rondom dit thema aan te wakkeren.